

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 95, DE 2008

Sugere elaboração de Projetos de Lei acrescentando o artigo 247-A ao Código Penal Brasileiro, no sentido de criar medidas alternativas.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

Relator: Deputado JOÃO PIZZOLATTI

I - RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão apresentada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL, a possibilitar aos praticantes de crimes de abandono material e intelectual, previstos nos arts 244 e 246 do Código Penal Brasileiro.

Em sua justificação argumenta, que o sistema atual é por demais burocrático e ineficaz; com o sistema proposto o infrator poderá escolher entre a prisão ou cuidar do incapaz.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, observa-se que, de acordo com a declaração prestada pelo ilustre Secretário dessa Comissão, foram atendidos os



EE35076852

requisitos formais previstos no artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa.

Em síntese a proposta pretende estabelecer modalidade de recomposição de situação danosa.

Passo ao exame do mérito

A sugestão visa a criar modalidade de suspensão de pena, desde que haja satisfação e reposição de dano nos casos previstos nos arts. 244 e 246 do Código Penal Brasileiro. A preocupação manifestada pela Comissão tem fundamento; as nossas prisões encontram-se abarrotadas de prisioneiros; o número de mandatos de prisão não cumpridos por falta de vagas nos presídios ultrapassa as raias do imaginável. Se fosse possível recompor situações anômalas, fazendo com que a situação do fato conflitivo retroaja ao estado de equilíbrio anterior, tanto melhor.

Entretanto, essa possibilidade de composição, nos casos em que não existe gravidade exacerbada, já é permitida no nosso ordenamento jurídico. É a decorrência originada de combinação dos arts. 44 do Código Penal e 61 da lei 9099/95.

Temos pois por desnecessária edição de lei provendo a hipótese cogitada.

Em vista do exposto, entendemos não serem oportunas as idéias esposadas pela Sugestão nº 95, de 2008, motivo pelo qual votamos pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado JOÃO PIZZOLATTI
Relator

